

A Fundação Getúlio Vargas em perspectiva histórica: intelectuais orgânicos e ação política (décadas de 1940-1960)

The Fundação Getúlio Vargas from a historical perspective: organic intellectuals and political action (1940s-1960s)

Rafael Brasil¹

rafael.brasil@ifrj.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8517-1866>

Resumo: O artigo analisa as condições históricas que ensejaram, em 1944, a organização da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entidade de interesse público regulada por um regime jurídico de direito privado, graças à mobilização de intelectuais, agentes estatais e segmentos do empresariado nacional. A FGV e seus intelectuais integraram uma ampla rede de forças sociais engajadas nas tarefas de “modernização-conservadora” do capitalismo brasileiro ao longo das décadas de 1940 e 1960, forjando propostas de intervenção político-econômica e constituindo articulações sociais necessárias para a sua realização. Por conseguinte, a pesquisa examinou a documentação oficial produzida pela própria FGV e os materiais elaborados pelos intelectuais conectados à instituição e depositados no Arquivo Nacional e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). A longa formação político-profissional desse grupo e a abrangente rede de relacionamentos costurada em agências governamentais, aparelhos privados de hegemonia e círculos empresariais-militares viabilizaram um posicionamento ideológico e um senso de ação política comum, expressos na concepção e disseminação de projetos hegemônicos para o desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema mundial.

Palavras-chave: Fundação Getúlio Vargas; Modernização conservadora; Intelectuais orgânicos.

Abstract: The article analyzes the historical conditions that led, in 1944, to the organization of the Fundação Getúlio Vargas (FGV), a public interest entity regulated by a legal regime of private law, thanks to the mobilization of intellectuals, state agents and segments of the national business community. The FGV and its intellectuals were part of a broad network of social forces engaged in the tasks of conservative modernization of Brazilian capitalism throughout the 1940s and 1960s, forging proposals of political-economic intervention and constituting the social articulations necessary for its realization. Therefore, the research examined the official documentation produced by the FGV itself and the materials produced by intellectuals connected to the institution and deposited at the Arquivo Nacional and at the Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). The long political-professional formation of this group and the comprehensive network of relationships established in governmental agencies, private hegemonic apparatuses and business-military circles enabled possible an ideological positioning and a sense of common political action, expressed in the conception and dissemination of hegemonic projects for the development of capitalism in the periphery of the world system.

Keywords: Fundação Getúlio Vargas; Conservative modernization; Organic intellectuals.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, IFRJ - campus Arraial do Cabo. Rua José Pinto de Macedo, s/n - 28930-000, Prainha, Arraial do Cabo/RJ, Brasil.

Atualmente, a Fundação Getúlio Vargas está prestes a atingir a marca de oito décadas de existência, com uma trajetória associada a diversos momentos-chave da história nacional, desde o episódio do suicídio protagonizado por seu patrono (1954), passando pelo golpe empresarial-militar de 1964 e ultrapassando os marcos da transição política simbolizados pela promulgação da Constituição de 1988 e a posse do primeiro presidente eleito por votação popular, Fernando Collor de Mello (1990), desde os tempos de Jânio Quadros (1961). Nessa longa duração histórica, muitos indivíduos formados pela FGV, ou a ela associados, estiveram à frente de instâncias estatais, responsáveis pela elaboração e implantação de políticas que afetaram o conjunto da sociedade brasileira. Talvez seja tarefa das mais difíceis averiguar em qual período a FGV tenha deixado de influir nos rumos da história do país – ainda que o peso dessa influência tenha variado, em especial nos últimos tempos. Tais exemplos fortuitos pretendem apenas ressaltar a sua notável presença no cenário nacional, tornando-a uma das instituições político-culturais mais longevas da República brasileira.

Em face deste quadro, é espantosa a profunda escassez de pesquisas analisando o papel da FGV e de alguns intelectuais a ela conectados, por exemplo, no processo político nacional que desencadeou o golpe de 1964 e as reformas estatais operacionalizadas durante os primeiros anos do regime ditatorial empresarial-militar. Durante o longo período de tempo envolvendo os anos 1930 e 1960, no curso da formação e do desenvolvimento histórico do Estado brasileiro, forjaram-se variadas teias de relacionamento entre os intelectuais *efegeveanos* – os quais possuíam, também, em grande parte, laços empresariais. A FGV constituiu-se, no decorrer desse processo, em um polo de aglutinação, produção e circulação de concepções “modernizante-conservadoras” vinculadas às figuras participantes das discussões que envolveram a reorganização estatal no país, cujas trajetórias políticas e profissionais se cruzavam no âmbito dos trabalhos protagonizados pela Fundação ou associados aos seus diversos intelectuais.

É notável como muitos dos tecnoempresários² ligados à FGV se integraram ativamente ao processo de desestabilização do governo Goulart, participando, inclusive, do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado, oficialmente, em novembro de 1961, no Rio de Janeiro. Certos ativistas e associados do IPES mantiveram laços formais com unidades da FGV e/ou com seus intelectuais. Esta aproximação traduziu-se na formulação de propostas reformadoras no contexto dos

anos 1960: importante indício sobre os vínculos políticos estabelecidos e as afinidades ideológicas entre os intelectuais dessas instâncias organizativas da sociedade civil. No cenário pós-64, alguns desses intelectuais da Fundação protagonizaram a aplicação do receituário “modernizante-conservador” que haviam esboçado em tempos passados: promovendo agudas reformas do Estado brasileiro. Consideramos, assim, que a FGV cumpriu um importante papel, na qualidade de atuante aparelho privado de hegemonia na conjuntura pré-golpe de 1964, não apenas sistematizando e disseminando preceitos do bloco “modernizante-conservador”, mas também assumindo funções ideológicas organizadoras junto a segmentos empresariais e nos meandros civis e militares do Estado restrito. A primeira parte deste artigo apresenta as fundamentações teóricas que permitem enquadrar a FGV e seus intelectuais nesse processo histórico de aprofundamento e ajustamento do país às novas necessidades de desenvolvimento do capitalismo.

Surgida como uma instituição destinada a formar pessoal qualificado para as exigências da administração pública e privada, ancorados nos princípios da organização racional e científica do trabalho, a FGV ampliou, no decorrer de sua história, o seu leque de atividades – tornando-se um centro produtor e irradiador de concepções político-pedagógicas nos campos das ciências administrativas, políticas, econômicas e do direito. Nesse sentido, difundiu ideias assimiláveis em outras instituições formativas através de cursos, eventos e sistemáticos trabalhos editoriais. Dedicou-se, também, à tarefa de coleta de informações e produção de estudos em áreas até então inexploradas pelos organismos governamentais – ainda que os frutos dessas pesquisas e análises fossem fundamentais para o planejamento econômico a ser implantado pelo Estado e suas diversas agências – em especial, os cálculos de rendas nacionais, índice de preços e da balança de pagamentos. Veremos mais de perto, na segunda seção, o contexto histórico que viabilizou a existência da FGV e alguns dos elementos que lhe conferiram proeminência ao longo das décadas de 1940 e 1960.

Por fim, o universo FGV figurou em uma ampla rede de aparelhos privados de hegemonia que coligavam segmentos empresariais-militares e diferentes frações de classes, engajados nas tarefas de “modernização-conservadora” do capitalismo brasileiro ao longo das décadas de 1950 e 1960. Como demonstraremos na terceira seção, a Fundação Getúlio Vargas e alguns de seus intelectuais esboçaram um verdadeiro programa

² Compreendidos como aqueles agentes sociais que ocupavam diferentes espaços na ampla rede burocrática brasileira e possuíam fortes laços industriais e bancários. Suas ações ‘técnicas’ na vida pública estavam estreitamente vinculadas a determinados interesses empresariais. O que Dreifuss nomeia de tecnoempresários serve “para enfatizar suas funções empresariais nos papéis ‘neutros’ mas abrangentes que eles desempenhavam” tanto em termos de governo como na constante presença dessas figuras em diretorias de empresas nacionais e estrangeiras. Cf. DREIFUSS, 1981, p. 72.

reformista para o Estado brasileiro, ajustado aos objetivos preconizados pelo amplo leque de forças sociais que os abrigava. Os vínculos político-econômicos com empresas transnacionais (por meio de participações acionárias e/ou pelos laços de dependência técnico-financeira) e os anseios “modernizante-conservadores” eram elementos que soldavam seus integrantes.

1. Intelectuais, ideologia e processo político: alguns apontamentos

Por definição, investigar o Estado é produzir uma análise política: desvendar suas conexões com as variadas frações de classe e a inscrição de interesses junto a agentes e agências estatais, além da necessária caracterização do conflito que permeia suas estruturas e relações com a sociedade em geral. Os fundamentos do poder estatal são matéria fundamental na tradição do pensamento político e a questão acerca da capacidade do Estado em articular consenso social e dominação integrou o conjunto de preocupações do pensador marxista italiano Antônio Gramsci (1891-1937). Em parte de seus escritos, ele voltou suas atenções às sociedades ocidentais, onde a burguesia não contava apenas com a supremacia do Estado para o exercício da dominação, mas também com uma relação mais equilibrada junto às organizações privadas de hegemonia (GRAMSCI, 2007). Nas sociedades ocidentais, o problema do poder estatal, a relação entre consenso e força, atualizou-se quando de sua transformação em sociedade de massas, na virada do século XIX para o XX: a socialização da política, através do sufrágio universal e da explosão de outros mecanismos mobilizatórios, provocou profundas mudanças nos regimes políticos, obrigados a incorporar, cada vez mais, os conflitos existentes. Esse tipo de dominação hegemônica se caracterizaria por um relativo equilíbrio entre coerção (espaço político-cultural dedicado à violência) e consenso (espaço político-cultural que organiza o conjunto das visões de mundo, sobretudo no âmbito dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil).

Nesse sentido, a noção gramsciana de Estado Integral, ou Ampliado (BUCI-GLUCKSMANN, 1980), contribui para iluminar a complementariedade entre sociedade civil e sociedade política, entre os recursos da

engrenagem repressora à disposição da máquina governamental-coerciva e a sua correspondente metade dedicada a atingir, pedagogicamente, o convencimento de amplas parcelas da coletividade por meio de sociedades particulares, os aparelhos hegemônicos (LIGUORI, 2017, p. 44-45). Os aparelhos privados de hegemonia, organizados a partir da sociedade civil, buscam inscrever seus interesses junto à sociedade política, reforçando sua posição e generalizando determinada visão de mundo; daí a importância dos intelectuais – esses persuasores permanentes –, visto que a direção de um projeto hegemônico precisa ser construída e adaptada a cada contexto histórico. Os aparelhos privados de hegemonia disputam a adesão (mais ou menos espontânea) dos indivíduos ao seu projeto social e lutam pela educação de suas consciências. São os responsáveis pela formulação e execução da hegemonia. Pois bem, em nossa chave de leitura, amparada em uma perspectiva gramsciana, a FGV operava enquanto representante de uma ampla rede empresarial-militar que não detinha a hegemonia do processo político brasileiro no contexto pré-1964; daí sua atuação no sentido de projetar e encaminhar ideias, planejamentos e disposições ideológicas a fim de conquistar espaços na sociedade civil e no Estado restrito.

As pressões exercidas por importantes grupos econômicos para influenciarem as definições das políticas estatais, ocuparem espaços nos meandros burocráticos ou mesmo o esmero com que costuram redes de contatos pessoais junto aos decisores são elementos persistentes que conectam diferentes regimes políticos na história do Brasil. Impulsionada, pelo menos, desde a década de 1920, a “modernização”³ urbano-industrial proporcionou novas dimensões ao Estado para que este assumisse a tarefa de investidor/produtor, organizasse administrativamente a acumulação, gerisse a relação com os centros capitalistas internacionais, mediasse a atuação dos grupos estrangeiros em seu contato com os produtores locais e direcionasse os rumos percorridos pelo pessoal do Estado (MENDONÇA, 1986). Se pensarmos no sentido geral das transformações levadas a efeito no pós-1930, podemos destacar o papel assumido pelos quadros estatais na estruturação e disseminação de um projeto industrializante para o país. Embora os contornos assumidos variassem conforme as conjunturas políticas e os grupos sociais mobilizados, essa ideia-força marcou presença no cenário político brasileiro por muitas décadas: o chamado desenvolvimentismo – espécie de projeto para a superação do ‘subdesenvolvimento’

³ Coloquialmente, este termo costuma invocar um duplo sentido: evolutivo e positivado. Contudo, ao longo deste texto, seu uso está conectado aos elementos que se fazem presentes no contexto histórico de construção do Estado moderno brasileiro e do desenvolvimento das relações sociais sob o sistema capitalista no país: ampliação da fração industrial do capital, mobilização de recursos estatais em prol da industrialização, desenvolvimento das forças produtivas, estabelecimento de poderes políticos centralizados, ampliação da base histórico-social do Estado, investimento na formação escolar para o trabalho fabril, inserção de novas práticas de repressão do aparelho policial etc. Vale ressaltar que as novidades, no interior de uma sociedade da periferia capitalista, avançam sem cortar seus laços com o antigo, que se reproduzem ao acompanharem as modernizações nas diferentes esferas sociais. Ver FERNANDES, 1976.

por meio de uma industrialização integral, ancorada no planejamento e em forte ação/apoio estatal – consumiu boa parte das energias intelectuais de importantes figuras nacionais durante décadas de nossa história recente (BIELSCHOWSKY, 1988).

Mas, eis que o mundo pós-Segunda Guerra Mundial atualizou os capítulos da cartilha desenvolvimentista: a participação nacional, em solo italiano, por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB), estreitou os laços entre oficiais militares do Brasil e dos EUA (STEPAN, 1975). Aqueles haviam se impressionado com o nível de desenvolvimento alcançado pela principal potência capitalista do período. Tal experiência – enriquecida, posteriormente, com o ingresso em cursos de instrução e treinamentos nos EUA – cativou uma parcela significativa dessa oficialidade na defesa de uma plataforma “modernizante-conservadora” para o Brasil. Contudo, o que seria essa ideologia “modernizante-conservadora”? Fundamentalmente, estamos nos referindo ao corpo teórico-político emergente no campo internacional das ciências políticas do pós-guerra, balizando-se na percepção de que o desenvolvimento de um país envolvia sua “modernização” econômica e política. Essa ideologia foi revestida por conceitos científicos, ganhando, inclusive, o estatuto de teoria – para que, de certa forma, fosse despida de quaisquer conteúdos políticos e ideológicos, podendo, assim, ser veiculada com a suposta neutralidade inerente à ciência (CARDOSO, 2005). A “modernização-conservadora” transformou-se ao longo das décadas do segundo pós-guerra em uma visão de mundo hegemônica, divulgada a partir dos EUA e com alcance planetário, sobretudo gerada a partir da expectativa estadunidense de conformar as mudanças globais naquele contexto histórico.

Os segmentos sociais mobilizados por essa ótica defendiam o princípio da viabilidade de reprodução, em proporções globais, das condições necessárias para que os países qualificados como ‘atrasados’ pudessem atingir o grau de ‘modernidade’ que caracterizava as sociedades ‘avançadas’: “altos níveis de industrialização e urbanização, tecnicização da agricultura, rápido crescimento material da produção e dos padrões de vida, além da adoção de educação e valores culturais ‘modernos’” (ESCOBAR, 2007, p. 20). A defesa incontestada da noção de planejamento, amparada em conceitos como “moderno” e científico, provocou a criação de extensa rede de agências estatais e aparelhos privados de hegemonia, com atuação transnacional, dedicados à construção de consenso em torno desses valores “modernizante-conservadores”. O processo de produção e reprodução dessa ideologia contou com a contribuição decisiva de acadêmicos ligados ao ramo das ciências sociais e políticas, os quais passaram a trabalhar perspectivas e teorias que assegurassem a indução de um desenvolvimento econômico acelerado conjugado a um forte processo de

institucionalização, capaz de controlar a mobilização e participação popular no interior de um sistema político estável, sem abalos à ordem. Ainda que sob diferentes enfoques, a “teoria da modernização” preconizava a reprodução, em escala global, de uma idealizada sociedade capitalista estadunidense, associando-a com a direção única e possível para que a “modernização” se efetivasse, assegurando formas de reprodução do capital em expansão e almejando a subordinação ativa e consentida de parcerias nacionais por toda a América Latina. Nesse sentido, para prevenir o emperramento do processo “modernizador”, convulsionado, talvez, por um caos político, eram necessárias mudanças nas estruturas das sociedades periféricas: institucionalizar a autoridade do governo, oferecer treinamento de pessoal adequado às tarefas “modernizantes” e, por fim, munir o Estado de instrumentos jurídico-políticos condizentes com seu programa “modernizador”.

Do ponto de vista deste trabalho, a presença e influência da ideologia “modernizante-conservadora” nos rumos da FGV e na atuação dos intelectuais orgânicos do capital a ela associados, ao longo das décadas de 1940 e 1960, configuraram esse “esforço intelectual” capaz de mobilizar novas e antigas áreas de conhecimento consideradas essenciais nas tarefas da “modernização”. Em interessante estudo sobre o papel jogado por grandes fundações filantrópicas no sistema de poder das relações internacionais, Inderjeet Parmar salienta que rastrear a história das ‘3 Grandes’ fundações (Ford, Rockefeller e Carnegie) é compreender uma face da trajetória ascendente dos EUA em seu processo de consolidação hegemônica global – em particular, no contexto da Guerra Fria, por conta das profundas conexões estabelecidas entre lideranças empresariais, intelectuais orgânicos e instituições governamentais dos EUA e de outros países. Assim, em três períodos distintos e conectados podemos encontrar a socialização de elites e a incorporação de temáticas caras ao liberalismo estadunidense, não apenas em terras nacionais, mas atravessando suas fronteiras:

O estágio 1, ao nível doméstico, durou das décadas de 1920 até 1950, quando as fundações ajudaram a construir a hegemonia do internacionalismo liberal, marginalizando o isolacionismo, e as capacidades institucionais do governo federal foram construídas, especialmente nos assuntos estrangeiros. O estágio 2 se sobrepôs parcialmente ao primeiro estágio e durou da década de 1930 até a década de 1970, em que as fundações ajudaram a socializar e integrar as elites americanas e estrangeiras, além de desenvolver organizações internacionais formais e informais. O estágio 3 começou no final da década de 1980, quando as fundações ajudaram a readequar a hegemonia americana,

promoveram a democracia e a “sociedade civil global” e auxiliaram nos “desafios democráticos” da globalização neoliberal (PARMAR, 2014, p. 3).

Produções acadêmicas e intervenções protagonizadas por distintas instâncias políticas formataram a poderosa ideia-força responsável por apresentar o desenvolvimento e a “modernização” enquanto elementos indispensáveis, irrenunciáveis e vitais para o progresso das nações – a penetração cultural das fundações estadunidenses e o processo de expansão de aparelhos privados de hegemonia ao redor do mundo contribuíram para a construção desse movimento de ‘transferência’ do modelo de país central moderno e desenvolvido para as periferias do sistema capitalista. A importância heurística dessa periodização de Parmar para as questões que levantamos nessa pesquisa se deve ao fato de que a movimentação transnacional posta em marcha no segundo estágio impacta, diretamente, na construção do nosso objeto de pesquisa: a FGV se constituiu nesse contexto histórico.

Essas imensas e diversificadas redes associativas interburguesas que se formaram internacionalmente desde a década de 1930, efetivas usinas de estratégias contrarrevolucionárias, produziram e ampliaram redes hegemônicas de conhecimento voltadas para a fabricação de consensos em torno de uma agenda “modernizadora” e apaziguadora dos conflitos sociais, patrocinando programas de treinamento profissional, linhas de pesquisa acadêmicas e a criação de fundações e/ou centros de pesquisas em distintos países, forjando intelectuais orgânicos responsáveis pela disseminação dessas ideias e que também atuavam como reformadores em suas respectivas sociedades nacionais. Apesar de toda essa movimentação, não podemos desconsiderar os eventuais fracassos e resistências diante deste processo. Mas tampouco devemos subestimar a influência conquistada pelas fundações que, através de seus recursos e atuação coordenada com iniciativas estatais e empresariais, propiciaram a geração de instituições similares ao redor do planeta e moldaram elites orgânicas transnacionais bastante simpáticas ao papel global hegemônico dos EUA.

Tal perspectiva analítica joga luz sobre nosso objeto de estudo: a Fundação Getúlio Vargas – importante centro ideológico, dotado de diversas unidades, e que deve ser compreendido não apenas por suas estratégias de inserção de interesses junto à sociedade política, mas também a partir da dinâmica das relações entre sociedade política/sociedade civil e intelectuais, a partir de seus quadros individuais (vinculados a variadas agências estatais e amplos segmentos empresariais) que se destacaram na

elaboração e veiculação de programas hegemônicos. O papel cumprido pela FGV, nesse processo, conecta-se ao panorama internacional, ao propagar, mas também criar, ideias, valores e práticas condensadas em uma “pedagogia da hegemonia”. A sua dimensão internacionalizada é um sinal luminoso, estreitando relações com outras fundações e órgãos estadunidenses, sendo que os *efegevianos* seguiam “reforçando, em âmbito local, a hegemonia burguesa mundial” (MARTINS e NEVES, 2010, p. 32).

Imersos nesse novo cenário histórico, uma variedade de intelectuais dedicou-se à elaboração de teorias e explicações acerca das velozes e acentuadas mutações do mundo pós-guerra. Tais produções teóricas ultrapassaram as fronteiras do mundo acadêmico e científico para se conectarem a processos políticos mais amplos, cujas formulações e disseminações, em diferentes linguagens, contribuíram para pavimentar novas concepções de mundo – uma efetiva “pedagogia da hegemonia”. Os debates políticos e acadêmicos em torno da questão do ‘desenvolvimento’ e da ‘modernização’ exerceram enorme influência – sem contar as diferentes modalidades de pressões – nas políticas estatais dos países periféricos. Uma ampla rede de agências e agentes, originada entre as décadas de 1940 e 1950, foi estruturada para a disseminação de táticas contrarrevolucionárias garantidoras da hegemonia capitalista sobre extensas regiões do planeta: eis o elemento estruturante desse processo. Nessa perspectiva, vejamos como a história e o desenvolvimento da FGV se vinculam a este contexto histórico.

2. Uma instituição *sui generis*: surge a Fundação Getúlio Vargas

Em 14 de julho de 1944, o presidente Getúlio Vargas assinava mais um Decreto-Lei em sua longa rotina burocrática no poder. Esta norma, inteiramente redigida por Luís Simões Lopes, presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), nos permite contemplar os primeiros passos de um destacado aparelho hegemônico brasileiro. O principal dirigente do DASP recebia autorização para promover a criação de uma entidade que se propusesse “ao estudo e à divulgação dos princípios e métodos da organização racional do trabalho e ao preparo do pessoal qualificado para a administração pública e privada”, provendo-a com órgãos de pesquisa e ensino, “com a participação dos órgãos autárquicos e paraestatais, dos Estados, Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, dos estabelecimentos de economia mista e das organizações privadas”.⁴

⁴ O Decreto-Lei encontra-se no Anexo n.º 2 do Relatório anual e prestação de contas relativo a 1945, da FGV.

No entanto, as evidências acerca da gênese da FGV nos remetem a fevereiro de 1943, a partir de uma correspondência enviada pelo então presidente do DASP, L. S. Lopes, ao diretor da Divisão de Ciência e Educação do *Office of the Coordinator Inter-American Affairs – OCIAA* (Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos)⁵, Kenneth Holland (importante figura no estreitamento dos laços entre Brasil e EUA no contexto do avanço do americanismo no ensino industrial brasileiro), acerca de um encontro com Murilo Braga de Carvalho (diretor do DASP e ex-diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), quando ambos haviam conversado sobre “a criação de uma escola de administração pública a ser operada por uma fundação, que seria instituída pelo governo brasileiro e organizações privadas” (ARAÚJO, 2017, p. 286).

Na missiva, Lopes relatava as atribuições e realizações do DASP em torno do treinamento de pessoal técnico para o serviço público, a ocorrência de lacunas nesta tarefa de formação, além da exiguidade de pesquisas a respeito de atividades governamentais. Em face dessas considerações, os próprios daspianos teriam “passado a fazer contatos com governos e instituições privadas com o objetivo de construir a organização para realizar” tais atividades de pesquisa, treinamento e educação, atingindo os serviços público e privado – para tanto, solicitou ao diretor da OCIAA, que intermediasse o apoio do governo estadunidense (tanto o suporte financeiro quanto o envio de pessoal especializado) para o sucesso da empreitada. As preocupações de Simões Lopes e de outros daspianos acerca da formação de pessoal para o serviço público nos remetem às conclusões da Missão Cooke, missão técnica estadunidense instalada em 1942, no Brasil, e chefiada por Morris L. Cooke, sob a justificativa de pesquisar e sugerir formas de o país alcançar o desenvolvimento industrial através do planejamento. Entre as sinalizações presentes no documento, encontramos a necessidade de formação de profissionais específicos e afinados com as tarefas da “modernização”, o que demandava a criação de novos cursos, a utilização de professores dos EUA, a tradução de obras técnicas acerca da administração científica e racional e o envio de estudantes para os EUA a fim de completarem seus estudos (IANNI, 1979).

Eventos que reuniam distintas figuras do cenário político e empresarial brasileiro para arrecadação de fun-

dos em prol da nova instituição e a edição de portarias que disciplinavam os trabalhos para a implantação efetiva da FGV (contando com funcionários cedidos pelo DASP e por autarquias federais) eram algumas das faces visíveis dessa movimentação. Toda a documentação consultada aponta para o fato de que a iniciativa de criação e formação da Fundação se deveu ao protagonismo de Simões Lopes⁶. Estabeleceu-se que a fundação seria uma entidade de interesse público, mas com o estatuto jurídico de direito privado. Esta situação *sui generis* engendrou uma independência da FGV diante das redes clientelistas governamentais, mas, dialeticamente, os suportes financeiros viabilizados pelo Estado tornaram-na deveras dependente desses repasses. Vale lembrar que a formação de quadros para a administração pública, o desenvolvimento de pesquisas e a proposição de instrumentos que influenciavam, sobremaneira, as próprias políticas estatais eram partes de suas atribuições basilares. Essa característica foi, inclusive, incorporada ao discurso histórico da literatura panegírica produzida pela Fundação, desde, pelo menos, a terceira década de sua existência: a ideia de uma instituição especial aparece em obras comemorativas qualificando a FGV como “um complexo organizacional *sui generis*, único no Brasil e singular no mundo, integrando Institutos, Escolas, Centros, um Colégio e uma Editora” (FGV, 1974, p. 12).

Em 20 de dezembro de 1944, a Assembleia Geral da Fundação Getúlio Vargas (órgão deliberativo composto por doadores, fundadores e representantes das entidades que contribuíram para a criação da instituição) se reuniu pela primeira vez, tendo como signatários 305 instituídos: 137 pessoas físicas e 168 jurídicas (de direito público e privado). As doações monetárias, de imóveis e terrenos, além do crédito aberto, via decreto pelo Governo Federal, compuseram o Fundo Patrimonial da FGV. Segundo o *Relatório anual e prestação de contas relativo a 1945*, o volume total de recursos para os exercícios de 1944 e 1945 foi de CR\$ 105.364.781,90. Para efeito de comparação, podemos usar como base o Decreto-Lei n.º 7191, de 23 de dezembro de 1944, que versou sobre o Orçamento Geral da República para o exercício de 1945: o volume de recursos da FGV ultrapassava o montante reunido das despesas previstas para o DASP (CR\$ 18.248.100,00), Departamento de Imprensa e Propaganda (CR\$ 14.165.160,00), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CR\$ 19.137.600,00) e Conselho Nacional do Petróleo (CR\$

⁵ Agência estadunidense, assim nomeada em 1941 (pois era herdeira do *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the Americas*, nascido em 1940), no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando as ações de propaganda nazista sobre a América do Sul acenderam o alerta para o governo dos EUA acerca da necessidade de uma contraofensiva. O multimilionário Nelson Rockefeller, após conversas com o presidente Franklin Roosevelt, assumiu a direção da OCIAA, no intuito de modelar uma imagem positiva dos EUA no território da América Latina, recorrendo à produção e distribuição de artefatos culturais, como filmes e eventos, por exemplo. Cf. MACEDO, 2014, p. 43-44.

⁶ Em entrevista concedida a Celina Vargas do Amaral Peixoto em 20, 23 e 24 de março de 1990, Lopes responde a um questionamento da pesquisadora (“A montagem da Assembleia Geral foi então um trabalho pessoal seu, de conversa com cada empresário?”) da seguinte forma: “Foi. Convidei, falei pessoalmente com as pessoas, expliquei o que pretendia fazer, e todos concordaram. Naquele tempo o dr. Getúlio tinha o país nas mãos, e eu era presidente do Dasp, era quem fazia o orçamento, de maneira que eles sabiam que eu representava o governo. Empresário não quer outra coisa senão apoio do governo” (D’ARAÚJO, 1999, p. 14).

50.021.000,00). Ressalte-se, ainda, que entre 1944 e 1953 houve a edição de decretos-lei concedendo benefícios à instituição: garantindo isenções de quaisquer impostos federais e municipais, qualificando de utilidade pública toda aquisição de bens destinados ao exercício das atividades da Fundação e/ou à ampliação de seu patrimônio e assegurando-lhe o poder de desapropriação de imóveis para a instalação de órgãos seus na Praia de Botafogo, na capital federal.

Impressiona o peso que uma complexa teia de relações políticas e pessoais desempenhou nesse processo de formação da FGV. Todos os interventores estaduais e dos territórios enviaram representantes, comprometendo-se a realizar doações, assim como os prepostos das prefeituras das duas mais importantes cidades do país (Distrito Federal e São Paulo) e de diversas autarquias – entidades encabeçadas por figuras nomeadas pelo governo varguista e vinculadas, com graus variados de dependência, ao orçamento federal elaborado pelo DASP, justo o órgão público idealizador e protagonista desse projeto para a criação de uma nova instituição. Dificilmente poderíamos medir o grau de ingerência que a reunião desses fatores provocou (interventores estaduais, diretores e presidentes de agências estatais indicados pelo governo optaram pela doação de recursos a uma nova instituição, preconizada pelo presidente do organismo estatal responsável pelo orçamento do Governo Federal e membro do círculo íntimo de poder no período varguista), mas não poderíamos deixar de registrar uma suposição contrafactual: talvez nenhuma outra instituição, com os mesmos objetivos, pudesse surgir naquele contexto histórico com tamanho grau de concentração de recursos econômicos e políticos.

Economistas, políticos, juristas, engenheiros, educadores, burocratas, militares e empresários de diversos ramos econômicos estiveram presentes na estruturação da FGV. A tarefa de conquistar a simpatia e o financiamento do empresariado à instituição que se propunha atuar para servir aos seus interesses, ainda que não exclusivamente, parece ter consumido longas horas de conversas nos bastidores da máquina estatal e nos círculos empresariais frequentados por Simões Lopes. Em diversos depoimentos, o presidente da FGV mencionou as centenas de contatos travados com pessoas físicas e jurídicas para que contribuíssem financeiramente e, assim, garantissem um assento em sua assembleia geral (COSTA, 1986). É possível supor que pelo cargo público que ocupava, como presidente do DASP, e pelas diversas conexões econômicas que possuía nesse período, um amplo leque de figuras políticas e empresariais estavam acessíveis a Simões Lopes – a organização do orçamento federal estava sob a responsabilidade do DASP e este fator pode ter facilitado o trâmite dos acertos para o apoio das instituições públicas

e aberto canais de convencimento mais harmoniosos com segmentos do empresariado nacional. A história do surgimento da Fundação Getúlio Vargas não pode ser escrita sem compreendermos a ampla rede de relações pessoais posta em movimento por empresários, integrantes da burocracia estatal brasileira e agentes públicos e privados atuantes no cenário nacional ao longo de décadas. Tentaremos, a seguir, evidenciar as ligações da FGV com outros aparelhos privados de hegemonia, suas formas associativas com entidades militares e empresariais e, assim, examinar o relevante papel da Fundação na formação de intelectuais orgânicos do capitalismo brasileiro.

3. O universo *efegeveano* em expansão: construindo laços para a ação política

No campo de atuação da FGV havia o escopo de englobar pesquisa, ensino, divulgação e cooperação científica e cultural, na perspectiva do desenvolvimento das capacidades técnicas e humanas em solo brasileiro, afinada, portanto, com a perspectiva “modernizadora” do capitalismo brasileiro do pós-Segunda Guerra. Por falta de espaço, concentraremos nossa atenção no surgimento de três poderosas agências da sociedade civil, sob o crivo da FGV: o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), o Instituto Brasileiro de Administração (IBRA), ambos surgidos em 1951, e o Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP), criado em 1952 – unidades que desde cedo elaboraram e veicularam estratégias para a construção de um consenso em torno da “modernização-conservadora” das estruturas capitalistas do país.

Entre os diversos laços externos delineados ao longo do caminho institucional *efegeveano*, encontramos as tratativas para a criação de uma escola de administração pública no Brasil (BARROS e CARRIERI, 2013), pois a formação e preparação de técnicos e administradores públicos e privados eram encaradas como tarefa política relevante. Nesse sentido, consideramos que a inserção ativa da FGV nesse processo de estreitamento de laços e criação de escolas de administradores e economistas para o desenvolvimento capitalista se coaduna com aquela estratégia contrarrevolucionária preventiva, em termos internacionais, às ameaças ao sistema capitalista advindas dos contornos potencialmente desestabilizadores que o processo “modernizador” poderia assumir em um país periférico como o Brasil.

A criação de um centro brasileiro especializado no ensino e pesquisa em administração tem raízes longevas e diversas, desde os tempos do DASP, mas, para o caso da FGV, interessa-nos voltar a dezembro de 1948, durante a

171ª sessão plenária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Paris, quando foi aprovada uma resolução (n.º 246), originada em proposta brasileira, para executar um programa de assistência técnica que abrangesse o estudo e o ensino de administração. Uma teia de relações pessoais e institucionais foi acionada para que esse projeto viesse à tona, sob o patrocínio da ONU, DASP, FGV e representantes do ministério das Relações Exteriores do Brasil. Ademais, a FGV solicitou colaboração financeira à Comissão do Ponto IV – plano de assistência técnica do governo dos EUA – para estruturar o treinamento em administração pública. Dessa forma, em março de 1951 nasce o Instituto Brasileiro de Administração (IBRA), sob a direção de Luiz Alves de Mattos, e a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). A EBAP foi a primeira escola de administração do gênero na América do Sul e recebeu, em seus primórdios, generosas contribuições de diversos órgãos, nacionais e internacionais, envolvendo subvenções financeiras, concessões de bolsas de estudos no exterior, doações de livros e financiamento direto para as escolas de administração da FGV – como é possível identificar na documentação analisada, a lista de instituições que mantiveram esses laços foi bastante ampla e diversificada: o Governo Federal brasileiro, a ONU, o Instituto de Negócios Interamericanos (*Institute of Inter-American Affairs*, ou IIAA, de 1942, era um desdobramento da OCIAA), a Fundação Rockefeller, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development – USAID*), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Fundação Ford. O professorado da nova escola era composto por estrangeiros ou docentes emprestados de outras instituições que não trabalhavam em regime de dedicação exclusiva, em razão do acordo de assistência técnica firmado com IIAA, em 1953, assegurando a vinda de uma Missão Universitária estadunidense, durante cinco anos, custeada pelo órgão, além da garantia de bolsas de estudos para o envio de professores brasileiros se especializarem nos EUA.

Os cursos ministrados pela escola se direcionavam, sobretudo, aos agentes do Estado que ocupavam cargos em diferentes instituições, além de se propagarem por amplos espaços geográficos, desde os mais diversos estados brasileiros em que eram recrutados, até atingir um número considerável de latino-americanos que retornavam a seus países de origem levando na bagagem muitos dos ideais *efegeveanos* acerca da administração pública, uma vez que a EBAP empreendera, desde seu início, a prática de inserir ciclos de conferências em seus

cursos de curta, média e longa duração, para cumprirem uma dupla finalidade pedagógica:

De um lado, faziam desfilar diante dos alunos homens que militavam em posições-chave da administração brasileira, e expoentes da cultura técnica, jurídica, política e mesmo artística do país. De outro lado, permitiam o convívio dessas autoridades com os 'ebapianos', aumentando assim seu intercâmbio com a comunidade administrativa, técnica e intelectual do país (FGV, 1974, p. 1974).

Um dos pilares discursivos construídos pela FGV, ao longo de sua história, refere-se ao seu protagonismo na superação dos entraves ao desenvolvimento brasileiro, por ter apostado e investido em capacitação tecnológica ao constituir um repositório de informações sobre o funcionamento global do país, pelo subsídio à formação e ao aperfeiçoamento dos quadros técnicos brasileiros e, também, por ter sido pioneira na defesa do emprego da racionalidade econômica e administrativa como formas de alcançar a “modernização” nacional, consubstanciado no ensino da administração. Dessa forma, esse painel sobre o IBRA não estaria completo se não mencionássemos a Escola de Administração de Empresas do Estado de São Paulo (EAESP), criada em 1954 para atender ao interesse de vários grupos econômicos que necessitavam ter contato com “novas técnicas de direção de empresas, substituindo o empirismo por normas racionais”, uma vez que a “fase heroica dos pioneiros da indústria e do comércio”⁷ não poderia mais se repetir em um contexto histórico distinto. Esta nova conjuntura reivindicava o surgimento de um “novo líder” – um administrador treinado em escola. A EAESP teria sido fundada para cunhar e dar conta desse novo tipo de liderança (FGV, 1966, p. 87-88). Para a sua constituição, a FGV optou pelo endosso público ao empreendimento, através da organização de dois painéis de debates (um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo, ambos em 1952), garantindo a presença de personalidades governamentais e representativas segmentos empresariais. Durante o evento na capital paulista, o presidente da FGV pronunciou discurso sobre a necessidade de reformulação das práticas dos empresários na administração de suas companhias:

A Fundação Getúlio Vargas, voltada integralmente à formação de recursos técnicos necessários à solução dos problemas nacionais, se propõe a criar as Escolas de Administração de Empresas, a começar pela de São Paulo, por ser este o maior centro industrial da América Lati-

⁷ Relatório e balanços do exercício de 1952.

na, a patrulha mais avançada do progresso brasileiro, através de sua agricultura, sua indústria e seu comércio. [...] Nesse quadro efervescente de atividades, avulta cada dia mais o problema crítico da obtenção de pessoal dirigente de alto calibre. [...] Somente pelo robustecimento da capacidade de planejamento e direção pode a empresa atenuar os efeitos da interferência do Estado, e manter liberdade de iniciativa e ação, que é o seu mais alto privilégio. Por sua vez, surgem as organizações operárias como outro desafio à autonomia da direção das empresas. Para confrontá-las com êxito e respeito mútuos, como o prova a experiência de outros países, é mister excelente organização e administração hábil⁸.

Na busca para a resolução dos “problemas nacionais”, Simões Lopes sinalizou, como apontam os trechos destacados, alguns dos elementos político-ideológicos que conformavam a nova instituição educadora: princípios liberais e contrarrevolucionários. A internacionalização da escola se revelou desde suas origens, pois seu corpo docente original formou-se a partir de membros da FGV, alguns professores assistentes que ingressaram via concurso, e os demais, oriundos da *Michigan State University* (integrantes da “Missão Americana”) para a montagem da estrutura acadêmica – em decorrência de convênio com a USAID, que vigorou por 12 anos, após duas renovações (1954-1966) – além de um corpo docente brasileiro ter sido enviado aos EUA para obter o grau de mestre em Administração de Empresas antes de lecionar na nova instituição, garantindo o predomínio desse modelo estadunidense de administração (*management*).

Essas unidades administrativas *efegeveanas*, assim como seus intelectuais, participaram de inúmeras experiências responsáveis por propostas e debates em torno de diretrizes para a reformatação administrativa do Estado brasileiro. Dessa forma, não é surpreendente que o Decreto-Lei nº. 200/1967 que instituiu a reforma administrativa sob o regime ditatorial tenha contado com a efetiva participação de *efegeveanos*: lembremos que a EBAP contribuiu para os estudos da comissão originada por determinação de Vargas (1952) com o fito de viabilizar o funcionamento de autarquias industriais do Estado operando com o efetivo controle financeiro de suas atividades ao lado da máxima eficiência técnica ou o papel exercido pela EAESP na disseminação de princípios do *management*, vertente do campo administrativo que defendia a indissociabilidade entre eficácia, eficiência, maximização de resultados e neutralidade política no exercício da rotina administrativa pública ou privada.

Outra face desse complexo quadro sobre a FGV e seus intelectuais orgânicos nos remete à sua prestigiosa unidade no campo das Ciências Humanas. O Núcleo de Direito Público (NDP) nasceu em 1947, aos cuidados de Temístocles Brandão Cavalcanti, após convite do presidente da fundação, “para promover, realizar e divulgar estudos, pesquisas e debates” (FGV, 1966, p. 125) de matérias relativas ao campo do direito. Cavalcanti assumiu a empreitada ao lado de Olavo Bilac Pinto e Carlos Medeiros Silva, tornados membros permanentes. As primeiras atividades do Núcleo concentraram-se na promoção de cursos no campo do direito, ampliadas com a organização de ciclos de conferências e mesas-redondas, elaboração de anteprojetos de lei ou reformas da legislação em vigor, execução de pesquisas e ofertas de cursos em nível de pós-graduação – seguindo a dinâmica experimentada pelas diversas unidades da FGV que atuavam em vários espaços a fim de reverberarem seu programa político-pedagógico.

Em reunião extraordinária do Conselho Curador, efetuada em março de 1952, chegava a informação de que a *Association Internationale de Science Politique* propusera que o Núcleo de Direito Público se transformasse em Centro ou Instituto de Ciências Políticas, a fim de filiar-se àquela entidade internacional. Dessa forma, o Núcleo transformou-se em Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP)⁹ e garantiu a constituição de um Conselho Diretor, composto por Cavalcanti (presidente do Conselho e do Instituto), Olavo Bilac Pinto, Carlos Medeiros Silva, Hermes Lima, Oswaldo Trigueiro, San Tiago Dantas e Victor Nunes Leal. Seu primeiro plano de trabalho, enquanto instituto, incluía o estudo sobre os sistemas eleitorais, a racionalização do trabalho parlamentar e um curso-conferência sobre a Constituição brasileira. Em 1954 adentraram mais quatro novos membros no Conselho Diretor do IDPCP: Barbosa L. Sobrinho, Caio Tácito, João Mangabeira e Seabra Fagundes.

Durante as décadas de 1960 e 1970, parte significativa desses juristas serão, concomitantemente, membros do Supremo Tribunal Federal, sendo que Medeiros, Bilac Pinto, Cavalcanti e Trigueiro foram alçados à mais alta corte do país nos tempos ditatoriais, no mesmo período de elevação de prestígio e conquistas para o Instituto. Em relatório produzido em 1968, o IDPCP pretendia tanto “desenvolver intenso programa de pesquisas capaz de propiciar, aos dirigentes e aos estudiosos, valioso material de informação que os capacite a tirar suas conclusões e promover suas decisões” quanto envolver-se no “preparo de um quadro de especialistas capaz de assessorar as autoridades do país” (FGV, 1968, p. 70). É interessante

⁸ Relatório e prestação de contas do exercício de 1955. Grifos nossos.

⁹ Relatório e balanços do exercício de 1951. O instituto modificaria sua sigla em 1973 para INDIPO, apesar de manter a mesma nomenclatura.

a convivência dessas figuras políticas do cenário nacional no interior do IDPCP, sobretudo se levarmos em consideração o crítico e tenso contexto histórico brasileiro da década de 1960. Barbosa Lima Sobrinho, Victor Nunes Leal, Hermes Lima, João Mangabeira e San Tiago Dantas não integravam a oposição sistêmica ao governo João Goulart, desejosa de arrancá-lo do poder – os três últimos, inclusive, o integraram como ministros. Isso os colocava em situação antagônica, ponderando os espectros políticos da época, aos demais colegas de Instituto, uma vez que Medeiros, Cavalcanti, Bilac Pinto, Trigueiro e Fagundes compartilhavam críticas severas ao presidente e participavam ativamente do IPES – com exceção de Carlos Medeiros Silva – em sua campanha de ataques ao regime político vigente.

Todavia, foi no campo econômico que a FGV tornou-se conhecida e angariou a credibilidade política e acadêmica da qual desfrutou durante várias décadas. Já em 1946 foi criado o Núcleo de Economia, uma importante agência de economia aplicada, dedicada ao estudo de áreas pouco ou quase nada desenvolvidas no país. Rapidamente, em 1951, despontaria um poderoso órgão no âmbito do planejamento econômico: o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), através da reunião de diversas unidades de pesquisa econômica existentes na FGV, como a Equipe de Estudos da Renda Nacional e o Centro de Análises da Conjuntura Econômica. Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa de Bulhões tornaram-se, respectivamente, presidente e vice-presidente do novo instituto, responsável por auferir imensos dividendos políticos à fundação. Loureiro afirmou que “esta instituição constituiu durante várias décadas o polo mais importante de produção do conhecimento e o espaço onde esta disciplina assumiu sua dimensão prática”, tornando o IBRE uma espécie de agência-chave para todos que desejassem galgar os degraus mais altos na condução de políticas econômicas no país (LOUREIRO, 1997, p. 41). Trabalhando com a coleta de informações e a produção de estudos em áreas até então inexploradas pelos organismos governamentais – ainda que os frutos dessas pesquisas e análises fossem fundamentais na tarefa do planejamento econômico a ser implantado pelo Estado e suas agências –, o IBRE dedicou-se a áreas de extrema importância naquele contexto: o cálculo das rendas nacionais, a preparação do balanço de pagamentos e a composição dos índices econômicos/preços por atacado.

Com efeito, em uma rápida pesquisa por organismos governamentais e centros de estudos e debates econômicos existentes no Rio de Janeiro, nas décadas que antecedem o golpe de 1964, é possível perceber a intensa

circulação de um grupo seletivo de economistas que transitavam entre aquelas instituições. Constituiu-se, assim, uma verdadeira rede de intelectuais que partilhavam experiências, sob as bênçãos do Estado restrito, formulando ‘políticas públicas’ e construindo laços pessoais que serão ativados ao longo de suas carreiras profissionais e políticas. O longo e diversificado currículo desses profissionais não deve encobrir o essencial em suas trajetórias: eles se inseriam em uma vasta teia de relações interpessoais que envolvia diversas agências estatais, órgãos de pesquisa e empresas nacionais e estrangeiras (CHACEL, 1966). Os responsáveis pela instituição do arcabouço econômico pós-64 foram dois intelectuais *efegeveanos*: Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos, que executaram um amplo programa reformador das estruturas estatais vertebrado pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Sua elaboração contou com uma imensa equipe de personagens ligados ao IPES, a escritórios de consultoria e à Fundação Getúlio Vargas: Eudes Leão, Paulo de Assis Ribeiro, Carlos J. de Assis Ribeiro, Frederico M. Cardoso, Edgard T. Leite, Dênio Nogueira, J. Garrido Torres, Wanderbilt Barros, Eduardo da Silveira Gomes, José Carneiro, Alexandre Kafka, Og Leme, Estanislau Fischlowitz, Mário H. Simonsen, Luiz Bulhões Pedreira, Oswaldo Trigueiro, Antônio Casimiro Ribeiro, Walter Lorch, Harold Cecil Polland, Cláudio Cecil Polland, Carlos Almeida, Glycon de Paiva, Luiz Gonzaga Nascimento Silva, Gilberto Ulhoa Canto, Sebastião Sant’Anna e Silva e Edmar de Souza. Combate gradual à inflação, expansão das atividades exportadoras e retomada do crescimento tornaram-se os eixos da política econômica de Campos e Bulhões.

À medida que o processo de industrialização brasileira avançava, a atuação da FGV alcançava novos patamares em relação ao preparo de intelectuais habilitados técnica e politicamente para responderem às exigências postas na ordem do dia pela perspectiva da “modernização-conservadora”: organização de eventos, sistematização de publicações, desenvolvimento de dados vinculados a pesquisas que pudessem subsidiar as decisões de agências estatais em termos de políticas públicas, investimento na prestação de serviços em assessorias técnicas, aumento da oferta e criação de novos cursos tornaram-se a face visível da disseminação de ideias e práticas ligadas à “pedagogia da hegemonia” no Brasil. O conjunto de periódicos editados pela Fundação Getúlio Vargas¹⁰ exercia a função de caixa de ressonância dos ideais e projetos da intelectualidade orgânica que se empenhava em conquistar cada vez mais espaços na sociedade civil e no Estado. Integrava o repertório *efegeveano* a modelagem de preceitos e direcio-

¹⁰ Podemos elencar os seguintes exemplos: Revista de Direito Administrativo, Revista Brasileira de Economia, Conjuntura Econômica, Revista de Direito Público e Ciência Política, Currículo, Revista de Administração de Empresas etc.

amentos baseados em uma racionalidade técnica especializada para a divulgação entre seus 'pares' e a adaptação de seu projeto burguês em lições mais 'vulgarizadas' a serem incorporadas por amplas parcelas sociais, simplificando a mensagem ideológica e formatando um senso comum.

Por fim, a história do surgimento da Fundação Getúlio Vargas não pode ser escrita sem compreendermos a ampla rede de relações pessoais posta em movimento por empresários, integrantes da burocracia estatal brasileira e agentes públicos e privados estadunidenses. Um elemento importante na soldagem desses vínculos foi a participação em diferentes experiências na área de planejamento e debates em torno da "modernização" econômica e social do país, protagonizadas por indivíduos como Otávio Gouveia de Bulhões, Luís Simões Lopes, Jorge Oscar de Melo Flores, Ary Frederico Torres, Valentim Bouças e Jorge Kafuri. A Missão Cooke (1942), a Coordenação de Mobilização Econômica (1942-45), a Comissão de Planejamento Econômico (1944-45), o Plano SALTE (1950), a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951) e a Missão Abbink (1948) são exemplares da produção e circulação de tais ideias no país. Formar profissionais com perfis específicos, investir em cursos e materiais didáticos afinados com a administração científica e racional do trabalho e viabilizar o aproveitamento da experiência estadunidense nesse campo foram sugestões do relatório Cooke que estiveram presentes no rol de expectativas e objetivos da FGV desde sua formação oficial, em 1944.

A Fundação procurava interligar sua história às mudanças provocadas no cenário político nacional ao longo dos governos de seu patrono e reforçava as bases de seu *telos* racionalizador: desde a criação da Comissão Permanente de Padronização (em 1935) e do Conselho Federal do Serviço Público Civil (em 1936), passando pela gênese do Departamento Administrativo do Serviço Público (em 1938), tudo teria conspirado positivamente para a formação da FGV, em 1944, enquanto elemento vital para a 'modernização' das estruturas do país. Alguns desses elementos que compunham a dinâmica de funcionamento dessas instâncias podem ser encontrados, sob novos aspectos, na Fundação Getúlio Vargas, o que nos levou à presunção de que algumas características políticas da FGV, e de sua dimensão histórica, podem ser interpretadas a partir de agências estatais que lhe deram origem.

Tais vínculos, por certo, não determinaram a substância do órgão nascido em 1944, mas queremos ressaltar aqui alguns dos fios estratégicos que condicionaram seu surgimento e lhe proporcionaram feições particulares. O elo mais destacado com a FGV provinha do DASP, não apenas pela presença e liderança de Simões Lopes, mas pelo engajamento de agentes estatais e empresariais que transitaram por entre os órgãos e devido às características

reformadoras que orientavam as ações do Departamento e se aprofundaram nos caminhos seguidos pela Fundação. Citemos a prática de enviar funcionários para aprimoramento no exterior, sobretudo em universidades estadunidenses ou europeias, e, também, a produção de periódicos lastreada por uma ampla rede de intelectuais e colaboradores eventuais que intervinham nos mais diferentes campos do conhecimento, com suas formulações ressoando, em maior ou menor medida, na arena política. O que pretendemos realçar é a indicação de traços de continuidade entre as tradições *daspiana* e *efegeveana*.

Apenas considerando os personagens que desenvolveram vínculos com a FGV é possível sinalizar os pontos de convergência em suas trajetórias político-institucionais no âmbito das funções que desenvolveram em distintos ministérios, em diferentes momentos históricos. Ao que tudo indica, estes laços se constituíram previamente ou ao longo da existência da FGV e não se restringiam apenas às suas carreiras profissionais no setor público, posto que essas relações se completavam através de suas atuações como diretores e/ou acionistas de empresas nacionais e transnacionais, além da presença costumeira dessas figuras em aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes naquele contexto histórico. Há um longo processo histórico de avanço e aprofundamento de debates sobre os princípios da administração científica e aplicação de práticas racionalizadoras para o conjunto da vida social, conforme vimos anteriormente, que produziu impactos no Estado, em suas agências e seus agentes. É necessário levar em consideração essas mudanças para que possamos compreender os principais aspectos da reestruturação do sistema político brasileiro após 1930, que estava comprometido com a emergência de novas forças sociais conectadas ao processo de industrialização no país.

O espaço de intervenção política passou a justificar seu controle da economia a partir de pressupostos 'técnicos' e 'eficientes' que possibilitariam o planejamento do desenvolvimento capitalista. As agências estatais que incidiam sobre as diretrizes econômicas do país são espaços privilegiados para desvelarem essa longa relação entre os percursos político-profissionais de tantos *efegeveanos* pelas estruturas estatais, sendo que a FGV não apenas procurava atrair figuras políticas destacadas do cenário nacional para o interior da instituição, desde o momento de sua constituição, como fornecia personagens para ocuparem cargos nos mais altos estratos e nos escalões intermediários do Estado restrito. Eram itinerários que se complementavam: o pessoal do Estado que ingressava naquele aparelho privado de hegemonia das frações dominantes da burguesia brasileira, ao mesmo tempo que esta instância organizativa abastecia e ocupava diversos postos da engrenagem estatal com intelectuais orgânicos.

Em face de suas atividades empresariais, os *efegeveanos* também se integravam às diversas agências técnicas organizadas por distintas associações de classe, que passaram a estruturá-las com o fito de fornecer apoio político-econômico e respaldo técnico aos seus afiliados, como o Instituto de Estudos Econômicos da Associação Comercial do Rio de Janeiro (IEE/ACRJ). Além disso, também organizavam e se vinculavam a escritórios de consultoria tecnoempresarial, cujos estudos periciais e projetos de viabilidade eram comercializados com as marcas do planejamento e da eficiência – a Economia e Engenharia Industrial S.A. (ECOTEC) e a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (CONSULTEC) foram bastante influentes e contaram com a destacada presença de *efegeveanos* como Roberto Campos e Mário H. Simonsen.

Havia, ainda, profundas ligações entre a FGV e um dos principais atores políticos responsável pela campanha de desestabilização do governo João Goulart e pelo golpe de 1964: o IPES. Nota-se um ponto interessante sobre esse assunto: para quem se dispõe a analisar os verbetes do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, desenvolvido pelo CPDOC-FGV (ABREU, 2001), envolvendo personalidades políticas e empresariais afiliadas ou engajadas no IPES e que mantiveram vínculos com a Fundação, há uma ausência perceptível em diversos casos. Algumas narrativas sobre as trajetórias de vida de *efegeveanos* não abordam as conexões existentes entre estas figuras e as manobras conspiratórias e golpistas perpetradas pelo IPES – ainda que a terceira e mais recente edição tenha sido lançada em 2010. Entre a primeira edição, publicada em 1984, e a última, houve um período de avanço do conhecimento histórico: a partir da produção de novas pesquisas acadêmicas (e jornalísticas) e o lançamento de diversas obras no mercado editorial brasileiro (e internacional) que se debruçaram sobre o golpe de 1964, o regime político ditatorial e seus personagens. A ausência de referências às conexões entre *efegeveanos* e ipesianos no DHBB não se deve, portanto, à inexistência de fontes, dados ou pesquisas sobre a temática¹¹. Alguns *efegeveanos* não constavam nos registros de participação direta no IPES, ainda que circulassem por espaços empresariais e/ou institucionais do Estado restrito em comum, antes e após o golpe de 1964, como José Nazareth Teixeira Dias, Roberto Campos e Alim Pedro. Outros *efegeveanos*, entretanto, eram mobilizados para divulgarem perspectivas ideológicas afinadas com o IPES, sobretudo através da participação em cursos ofertados pela unidade especial ipesiana – o Grupo de

Educação Seletiva (GES), que operava dois cursos básicos – o Curso de Atualidades Brasileiras (CAB) e o Curso Superior de Atualidades Brasileiras (CSAB) –, voltados para a soldagem dos preceitos ideológicos no interior do campo burguês no Brasil, reunindo nomes como Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Temístocles Cavalcanti e Mário H. Simonsen.

4. Considerações finais

No decurso de suas sete décadas de existência, a FGV já reuniu, em diferentes momentos, características de universidade, centros de pesquisa e estudos, editora e escritório de cooperação/consultoria técnica, atuando nas áreas de economia, administração, contabilidade, psicologia aplicada, educação, recursos humanos, direito público, ciência política, ciências exatas, história contemporânea do Brasil e documentação. Durante o longo período de tempo envolvendo os anos de 1930 a 1960, no curso da formação e do desenvolvimento histórico do Estado brasileiro, forjaram-se variadas teias de relacionamento entre seus agentes – os quais possuíam, também, em grande parte, laços empresariais.

Nos diversos depoimentos concedidos aos projetos de história oral da FGV ou nas linhas memorialísticas redigidas pelos *efegeveanos* (assim como pela própria instituição), encontramos o reconhecimento da influência conferida à longa trajetória comum desses personagens no que tange à sintonia ideológica aplicada nos princípios seguidos pelas instâncias estatais que estes indivíduos comandavam ou mesmo quanto à definição sobre as indicações a serem feitas para a composição dessas agências no Estado restrito. Ou seja, a teia de relacionamentos pessoais e profissionais forjada a partir e em torno da FGV desempenhou um papel decisivo no estreitamento de perspectivas comuns quanto à reformulação da engrenagem estatal e na associação com outros aparelhos privados de hegemonia e empresas privadas, balizadas pelas perspectivas “modernizante-conservadoras” – lembremos, outra vez mais, que suas vidas públicas se conectavam positivamente às operações de corte empresarial. A “pedagogia da hegemonia” engendrada e difundida por esses intelectuais orgânicos preocupou-se em intervir no processo político brasileiro com o fito de adequar o país às necessidades que o desenvolvimento da ordem capitalista global demandava.

Deste modo, a Fundação Getúlio Vargas assumiu um relevante papel político quanto à defesa enfática

¹¹ O caso mais significativo de um *efegeveano* que não se envolveu oficialmente com o IPES foi o próprio presidente da FGV, que, apesar de manter contatos com todas essas figuras associadas à Fundação e ao Instituto, quer naquela organização sob sua responsabilidade, quer em outros espaços institucionais (estatais ou empresariais), e ter sido convidado a ingressar no grupo, rechaçou uma conexão direta; talvez devido ao tom marcadamente antivarguista do IPES. Essa negativa pode ser encontrada em relato de uma das principais lideranças ipesianas, durante reunião do Comitê Executivo em maio de 1962 – “Simões Lopes não quer qualquer vinculação conosco”. Fala de José Garrido Torres. Reunião Comitê Executivo, 29/05/62. Fundo IPES. Código de Referência – BR RJANRIO.QL.0.OFU.0006. Arquivo Nacional.

e recorrente que fazia sobre as vantagens das soluções “técnicas” para o enfrentamento dos problemas que – supostamente – limitavam o desenvolvimento brasileiro. Reforçava, neste ínterim, a sua própria razão de ser, na medida em que se apresentava enquanto instituição voltada a fornecer quadros tecnicamente competentes para a resolução dos dilemas nacionais, quer se tratasse de atacá-los a partir do comando de políticas que atingiam a coletividade (influenciando as agências estatais), quer se relacionassem aos desafios enfrentados pelas empresas privadas frente ao processo industrializante.

Constituir-se como uma reserva político-profissional, onde o Estado e o conjunto das empresas privadas fossem buscar seus quadros dirigentes e assessores técnicos foi, desde o princípio, um dos grandes objetivos perseguidos pela FGV. Por isso, houve um grande empenho para garantir que as pesquisas, consultorias e recomendações traçadas pela instituição não se dissociassem da aura de “neutralidade técnica”, conferindo-lhe legitimidade frente ao conjunto da sociedade. Efetivamente, apesar da perícia técnica desses intelectuais, pesava o fato de terem compartilhado diversos espaços comuns em suas carreiras, circulando por diretorias de empresas privadas, travando relações pessoais nos interstícios do Estado e conectando-se em eventos e atividades planejadas por diversas instâncias organizativas da sociedade civil. Essa ampla rede de relacionamentos interpessoais soldou solidariedades entre frações das classes dominantes brasileiras e forjou convergências político-ideológicas em torno da plataforma “modernizante-conservadora”.

Referências

- ABREU, A. (coord.). 2001. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.
- ARAÚJO, R. O. 2017. *Nas engrenagens do Estado Novo: a centralidade do DASP na reforma administrativa e na criação de redes organizacionais de produção (1938-1945)*. Niterói, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 367 p.
- BARROS, A.; CARRIERI, A. 2013. Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. *Cadernos EBAPE.BR*, 11 (2): 256-273. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512013000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2017.
- BIELSCHOWSKY, R. 1988. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 536 p.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. 1980. *Gramsci e o Estado. Por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 499 p.
- CARDOSO, M. 2005. Teorias da modernização e expansão capitalista. In: Congresso Brasileiro de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia, XII, Belo Horizonte.
- CHACEL, J. 1966. O Instituto Brasileiro de Economia. *Revista Brasileira de Economia*, 20 (2-3): 37-46.
- COSTA, J. G. 1986. *Fundação Getúlio Vargas: pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, FGV, 312 p.
- D'ARAÚJO, M. C. (org.). 1999. *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro, FGV, 334 p.
- DREIFUSS, R. A. 1981. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 814 p.
- ESCOBAR, A. 2007. *La invención del Tercer Mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas, Fundación Editorial El Perro y La Rana, 424 p.
- FERNANDES, F. 1976. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 414 p.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 1974. *Fundação Getúlio Vargas, 30 anos a serviço do Brasil: 1944-1974*. Rio de Janeiro, FGV, 407 p.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 1968. Relatório Anual do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas – Exercício de 1967. *Revista de Ciência Política*, 1: 69-76.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 1966. *Fundação Getúlio Vargas. 20 Anos de atividades (1944 – 1964)*. Rio de Janeiro, FGV, 240 p.
- GRAMSCI, A. 2007. *Cadernos do cárcere. Vol. 3*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 428 p.
- IANNI, O. 1979. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 316 p.
- LIGUORI, G. 2017. Aparelho hegemônico. In: G. LIGUORI; P. VOZA. (org.), *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo, Boitempo, p. 44-45.
- LOUREIRO, M. R. 1997. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro, FGV, 198 p.
- MACEDO, K. 2014. *Carmen Miranda em Hollywood: filmes para uma boa vizinhança*. Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado de Santa Catarina, 245 p.
- MENDONÇA, S. 1986. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 125 p.
- NEVES, L.; MARTINS, A. 2014. Cultura, educação, dominação: Gramsci, Thompson, Williams. *Revista HISTEDBR On-line*, 14: 73-93.
- PARMAR, I. 2014. *Foundations of the American Century: The Ford, Carnegie, and Rockefeller Foundations in the Rise of American Power*. New York, Columbia University Press. Ebook.
- STEPAN, A. 1975. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. São Paulo, Artenova, 196 p.

Submetido em: 07/03/2021

Aceito em: 15/07/2021